Aquisição de produtos da agricultura familiar para o PNAE na mesorregião Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro

CORDEIRO, Fabiana Fróes[1]; OLIVEIRA, Sabrina da Costa de[1]; SILVA, Walace Rodrigues da; SANTOS, Jerlane Cardoso da Silva; VALENTE, Gabriela Corrêa; SANTOS, Marco Aurélio Gomes dos

[1] Centro de Integrado de Desenvolvimento e Inovação Rural -CEDIR, fabiana_froes@yahoo.com.br;sabrinaagro@hotmail.com; walacer2015@gmail.com; jerlinhacardoso.jc@gmail.com; gabivalente.ufrrj@gmail.com; marcoaureliogs16@gmail.com.

Eixo temático: Políticas Públicas e Agroecologia

Resumo: O Artigo 14 da Lei 11.947/09 do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE estabelece que dentre os repasses federais para alimentação escolar aos governos estaduais e municipais, 30% devem ser gastos na compra de produtos da agricultura familiar (AF). Deste modo, a análise da mesorregião Metropolitana do estado do Rio de Janeiro (RJ) é crucial para apresentar o cumprimento das demandas relacionadas a tal Lei. A coleta e a sistematização dos dados objetivam reunir informações atualizadas sobre a mesorregião. Tal análise possibilita identificar municípios em conformidade com a legislação do PNAE. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica através de documentos oficiais, artigos, dissertações e teses. Com essa abordagem fica clara a importância da avaliação do cumprimento da política para a comercialização de produtos da AF na mesorregião. Os dados apresentados e discutidos referem-se à aquisição dos produtos da AF e a participação dos municípios no PNAE da mesorregião.
Palavras-chave: Programa Nacional de Alimentação Escolar; Agricultura Familiar; Políticas Públicas.
Keywords: National School Feeding Program; Family farming; Public policy.

Introdução

As estratégias de produção adotadas pelos agricultores familiares apresentam raízes culturais e necessitam de planejamento e inovação para que sejam inseridos nas políticas públicas que estão correlacionadas com o seu segmento de trabalho (FINATTO; SALAMONI, 2008; BACCARIN et al, 2017).

Em 1955 foi implantado o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) visando à garantia, através da transferência de recursos financeiros, para a alimentação escolar dos alunos da educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas e Instituições filantrópicas (BACCARIN et al, 2017).

O gerenciamento do PNAE é realizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e teve a sua atuação ampliada através da Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009. A Lei passou a considerar a alimentação como um direito constitucional, ou seja, é um direito do aluno e um dever do Estado (Artigo 3º) (BRASIL, 2009).

Priorizando o atendimento às necessidades nutricionais dos alunos durante o período que este permanece em sala de aula, com o intuito de contribuir para o seu desenvolvimento, aprendizagem, assim como o fortalecimento dos hábitos alimentares saudáveis, devido à substituição dos alimentos industrializados pelos produtos in natura. O artigo 14 determina que, do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE aos estados e municípios, no mínimo 30% devem ser utilizados na aquisição de produtos da agricultora familiar ou de suas organizações (BACCARIN et al, 2017).

O programa governamental é voltado para favorecer o agricultor familiar através dos preços mais justos e possibilidade de ampliação da renda, que permitem que o agricultor realize investimentos em infraestrutura para o desenvolvimento da sua atividade. Deste modo, o PNAE pode contribuir para a manutenção do agricultor familiar na sua propriedade e assim, evitar o êxodo rural (MARQUES, 2014; BACCARIN et al, 2017).

O presente artigo apresenta um estudo técnico-científico visando contribuir para o fortalecimento e sustentabilidade do PNAE para a agricultura familiar, especialmente na mesorregião Metropolitana do Rio de Janeiro, localizada na região Sudeste do Brasil. Os objetivos propostos foram a coleta e sistematização de dados e informações referentes ao PNAE e Identificação dos municípios que estão em conformidade com a legislação vigente.

Metodologia

O presente artigo apresenta como meta a coleta e sistematização de dados e informações do PNAE para a agricultura familiar na mesorregião Metropolitana do Rio de Janeiro, localizada na região Sudeste do Brasil.

As variáveis selecionadas para a pesquisa serão mensuradas a partir da identificação de indicadores, devendo apresentar requisitos como fidedignidade e a validade (GIL, 2008). Para mensurar as variáveis será necessário estabelecer as dimensões das informações gerais diante do cenário socioeconômico.

O método de trabalho para dimensionar o cenário da mesorregião Metropolitana do Rio de Janeiro consiste em realizar um levantamento de dados com base legal em informações do banco de dados do IBGE (2017) e informações sobre os valores investidos contidas no PNAE/FNDE (2015-2017). A elaboração das figuras e gráficos engloba as seguintes etapas: coleta de dados, análise, interpretação e representação das informações, considerando as informações referentes às divisões municipais e mesorregião do estado da região Sudeste.

Foram gerados gráficos contendo informações para a caracterização dos municípios da mesorregião quanto aos valores investidos e participação na compra. A partir dos

gráficos foi possível analisar e interpretar os dados referentes à caracterização dos municípios da mesorregião Metropolitana do estado do Rio de Janeiro na região Sudeste quanto à aquisição de produtos da agricultura familiar para o PNAE.

Resultados e Discussão

Segundo o IBGE (2018) a mesorregião Metropolitana do Rio de Janeiro, conhecida como Grande Rio, possui cerca de 13.005.430 habitantes, correspondendo a segunda maior área metropolitana do Brasil (após a Grande São Paulo), terceira da América do Sul e 20ª maior do mundo (Censo 2010).

A mesorregião representa o total de 22 municípios, sendo estes: Itaguaí, Seropédica, Paracambi, Japeri, Queimados, Nova Iguaçu, Mesquita, Nilópolis, São João de Meriti, Belford Roxo, Duque de Caxias, Magé, Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Guapimirim, Petrópolis, Tanguá, Rio Bonito, Maricá, Rio de Janeiro e Cachoeiras de Macacu.

O PNAE visa à transferência de recursos financeiros para a alimentação escolar dos alunos da educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas e Instituições filantrópicas. No gráfico abaixo é possível analisar o valor referente à aquisição dos produtos da agricultura familiar por município na mesorregião Metropolitana do estado do Rio de Janeiro (Gráfico 1).

Gráfico 1. Valores referentes à aquisição dos produtos da Agricultura Familiar por município da mesorregião Metropolitana do estado do RJ (Fonte: FNDE, 2017).

As Entidades Executoras que apresentaram os maiores valores foram apresentados pela Secretaria de Educação do estado do Rio de Janeiro que adquiriu R$ 7.775.108,21 e pela Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu que adquiriu R$ 6.892.005,77. Em seguida as entidades que se destacaram foram a Prefeitura Municipal de Belford Roxo que adquiriu R$ 1.459.079,00, a Prefeitura Municipal de Itaboraí que adquiriu R$ 1.208.501,23, a Prefeitura Municipal de Petropolis que adquiriu R$ 1.142.515,54, a Prefeitura Municipal de Duque de Caxias que adquiriu R$ 1.168.982,36 e a Prefeitura Municipal de São Gonçalo que adquiriu R$ 907.313,69 em produtos da agricultura familiar.

No gráfico abaixo é possível analisar a participação por município da mesorregião Metropolitana quanto à compra dos produtos da agricultura familiar para o PNAE (Gráfico 2).

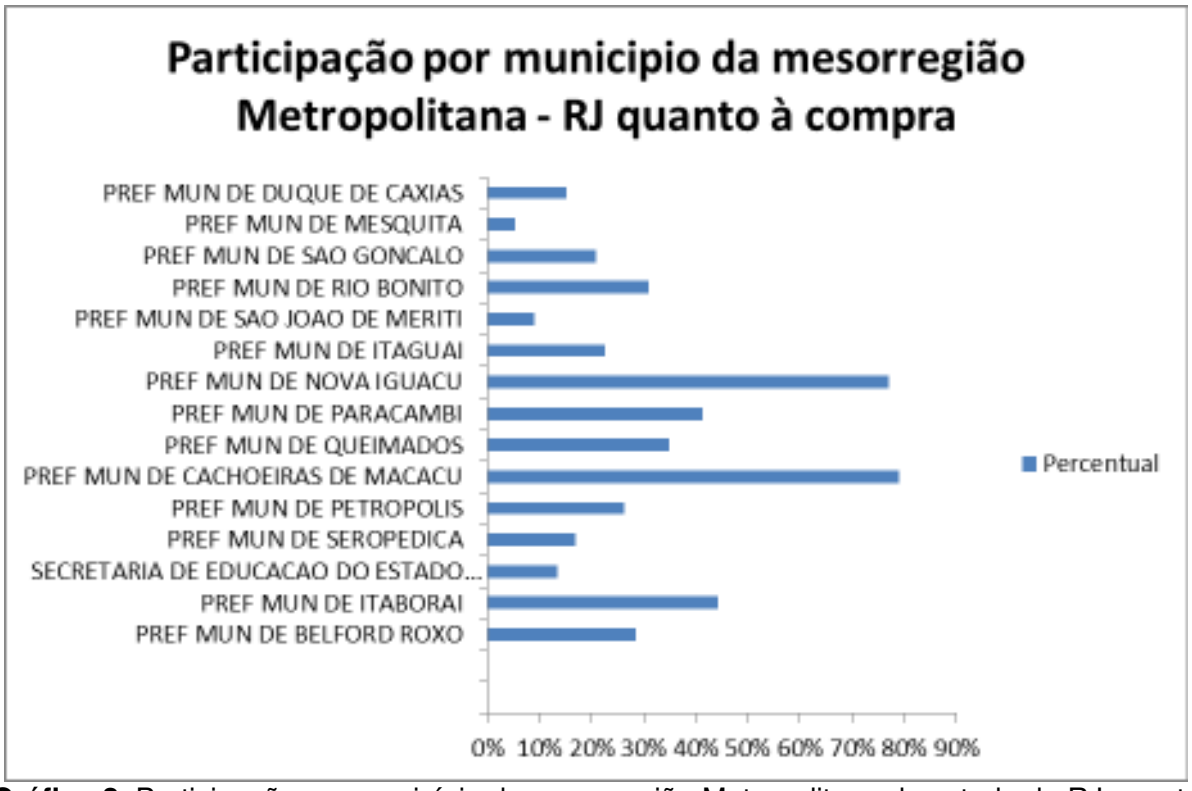

Gráfico 2. Participação por município da mesorregião Metropolitana do estado do RJ quanto à compra dos produtos da agricultura familiar para o PNAE (Fonte: FNDE, 2017).

As Entidades Executoras que apresentaram os valores percentuais refentes à 30% ou maior foram os municipios de Cachoeiras de Macacu (79%), Nova Iguaçu (77%), Itaborai (44%), Paracambi (41%), Queimados (35%) e Rio Bonito (31%). Os demais municipios que apresentaram valores inferiores a 30% foram a Prefeitura Municipal de Belford Roxo (29%), Prefeitura Municipal de Petropolis (26%), Prefeitura Municipal de Itaguai (23%), Prefeitura Municipal de São Gonçalo (21%), a Prefeitura Municipal de Seropedica (17%), Prefeitura Municipal de Duque de Caxias (15%),

Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro (13%), Prefeitura Municipal de São João de Meriti (9%) e Prefeitura Municipal de Mesquita (5%).

Enquanto que os municipios de Maricá, Nilópolis, Guapimirim, Magé, Tanguá, Rio de Janeiro, Japeri e Niterói não apresentaram nenhum percentual de participação na compra dos produtos para o PNAE.

Conclusões

No meio rural, o acesso às políticas públicas é fundamental para a garantia dos recursos para os financiamentos e investimentos na produção da agricultura familiar. A concretização da política do PNAE representa melhorias para a segurança alimentar, qualidade de vida no campo e desenvolvimento da mesorregião Metropolitana do estado do Rio de Janeiro.

Constatou-se que as Entidades Executoras, prefeituras e secretarias, que realizaram compras de produtos de agricultores familiares para a alimentação escolar, entre 2015 e 2017, correspondem apenas 8 municipios da mesorregião Metropolitana do estado do Rio de Janeiro. Sendo que os municipios de Cachoeiras de Macacu, Nova Iguaçu, Itaborai, Paracambi, Queimados e Rio Bonito foram os únicos que atenderam aos valores de 30% ou maior previsto no Artigo 14 da Lei do PNAE.

Os demais municipios da mesorregião não atenderam ao valor mínimo previsto referente aos recursos repassados pelo FNDE. Enquanto que os municípios de Maricá, Nilópolis, Guapimirim, Magé, Tanguá, Rio de Janeiro, Japeri e Niterói não apresentaram valores percentuais referentes á compra de produtos provenientes da agricultura familiar para o PNAE.

Referências bibliográficas

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nº 10.880 de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Diário Oficial da União. 2009 17 jun; Seção 1, p.2.
FNDE. Dados Agricultura Familiar. Disponível em: http://www.fnde.gov.br/ programas/alimentacão escolar/alimentacão escolar consultas/dados da agricultura familiar. Acesso em 20 de julho de 2019.

MARQUES, A. A. et al. Reflexões de agricultores familiares sobre a dinâmica de fornecimento de seus produtos para a alimentação escolar: o caso de Araripe, Ceará, Saúde e Sociedade, São Paulo, v.23, n.4, p. 1329-1341, 2014.

FINATTO, A. R.; SALAMONI, G. Family agriculture and agroecology: profile of the agroecological production in the city of Pelotas/RS. **Revista Sociedade & Natureza**, v. 20, p. 199-217, 2008.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MATTEI, L. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar: balanço e perspectivas.** UFSC – Departamento de Economia. Texto para Discussão, n.5, 2001.

SILVA, S. P. Políticas públicas, agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Revista Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 16, n. 58, 2011.